NÃO!

É preciso que todos os trabalhadores das autarquias se juntem a esta causa, se mobilizem e participem nas acções pela manutenção da EGF na esfera pública.

À PRIVATIZAÇÃO DOS RESÍDUOS [EGF]

Derrotar a privatização da EGF

No dia 6 de Junho, trabalhadores das autarquias, eleitos autárquicos e utentes concentram-se frente à Assembleia da República pela gestão pública dos resíduos, pela suspensão do processo de privatização da EGF, em defesa dos serviços municipais, dos postos de trabalho e dos direitos.

Menos receita pública, mais lucros privados

A EGF é um grupo rentável, movimentando anualmente perto de 170 milhões de euros, com lucros acumulados nos últimos três anos que ascendem a 62 milhões de euros.

A EGF é responsável pelo tratamento e valorização de 65% dos resíduos urbanos do País, abrangendo 174 municípios, com 6,5 milhões de habitantes, através de 11 empresas, constituídas em parceria com os municípios, que empregam directamente perto de 2 mil trabalhadores, garantindo um serviço público de qualidade, sob controlo democrático.

A EGF tem um património avaliado em cerca de mil milhões de euros, tecnologia avançada e trabalhadores qualificados.

Municípios resistem

Apesar da chantagem e das pressões governamentais, a maioria das câmaras municipais já afirmou que fará valer os seus direitos e defenderá os interesses das populações

O STAL saúda e apoia todo os que resistem à ofensiva privatizadora do Governo, em defesa da gestão pública dos resíduos e em geral dos serviços públicos.

Nos próximos anos, o sector beneficiará de mais 320 milhões de euros em investimentos, parcialmente financiados pela União Europeia.

É tudo isto que este Governo pretende entregar de mão beijada aos interesses privados.

NÃO O PODEMOS ACEITAR!

6 Junho CONCENTRAÇÃO

9h30 | Lg. Rato | Assembleia da República

Privatização terá consequências desastrosas:

- Para o País e a economia nacional, que perderá o controlo de um sector estratégico;
- Para os municípios, cujo papel na gestão dos resíduos será significativamente reduzido, ficando sujeitos ao aumento dos preços do serviço impostos pelo operador privado;
- Para os trabalhadores, cujos postos de trabalho e direitos conquistados serão ameaçados;
- Para as populações, que perderão o controlo democrático de um serviço essencial, e serão obrigadas a pagar mais por piores serviços.
- Para o ambiente, que será afectado pela lógica da redução de custos e maximização de lucros, com claro prejuízo dos níveis de qualidade alcançados;
- Para a gestão integrada dos resíduos, pois a gestão privada tenderá a privilegiar os sistemas mais rentáveis e a desinvestir nos menos rentáveis.

Por um serviço de qualidade para todos!

O modelo de sistemas multimunicipais, controlado pelo Estado via EGF, está longe de corresponder à gestão democrática, de qualidade e próxima das populações que defendemos.

No entanto, como o STAL tem afirmado, o caminho não é a privatização, mas uma gestão que privilegie o bem-estar das populações e a valorização dos trabalhadores, pois esta é a única forma de construir serviços públicos de qualidade para todos.

A privatização da EGF não tem qualquer justificação económica, social, ambiental e é cada vez mais contestada pelas populações, trabalhadores e municípios.

Apesar de isolado, o Governo insiste na privatização, comprovando uma vez mais a sua total submissão aos grandes interesses privados sedentos de fontes de lucro garantido.

Governo despreza municípios e populações

O Governo de forma prepotente e ilegal, proíbe expressamente os municípios de adquirir a parte do capital do Estado na EGF que pretender alienar, sujeitando os representantes autárquicos e as respectivas populações aos interesses lucrativos dos grupos económicos.

O Governo faz letra morta dos contratos celebrados, e nos quais, os municípios salvaguardaram o direito de preferência, de modo a assegurar a maioria de capital público nas empresas multimunicipais.

O Governo garante os lucros dos privados e transferiu para o Regulador (ERSAR) a definição das tarifas de resíduos, obrigando os municípios, sob ameaça de pesadas multas, a cobrar às populações tarifas mais pesadas, afrontando a autonomia do Poder Local.

ESTE COMBATE PRECISA DE TODOS!

Só assim poderemos derrotar a privatização e defender a gestão pública dos resíduos.

6 Junho – Concentração

9h30 | Lg. Rato | Assembleia da República

Organizações promotoras:

SITE CENTRO SUL REGIÕES AUTÓNOMAS CGTP-INTERSINDICAL

STAL